

CURSO	DISCIPLINA	PROFESSORA	DATA	MENÇÃO	CIENTE
3º SS	Língua Portuguesa, Literatura	Renata Fernandes	09/10	M.B	Beatriz G.
NOME ALUNO (A): Beatriz Gomes de Barros					Ano/Módulo:

Bases Tecnológicas	Habilidades Trabalhadas	Crítérios de Desempenho
Texto Dissertativo- Argumentativo	Interpretação textual com base em reflexões;	Assunto, Estilo e Gramática

ITENS QUE SERÃO AVALIADOS	
I- ASSUNTO	1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto;
II- ESTILO	1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade;
III- GRAMÁTICA	1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia

Observações:

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

ETEC Rodrigues de Abreu

Língua Portuguesa

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Material de Apoio: Textos

Bom Trabalho!
Renata Fernandes

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

Título: A importância da valorização de comunidades e povos tradicionais brasileiros.

As comunidades e povos tradicionais brasileiros são, e sempre serão de extrema importância para a construção do nosso País, o Brasil.

Estamos acostumados a ouvir, geralmente, sobre os povos indígenas ou quilombolas, porém existem outros 26 reconhecidos oficialmente como os cabangueiros do E. B. L. por exemplo. Além disso, diversas outras povos ainda nem foram incluídos na legislação. Isso nos mostra que, efetivamente, o que forma o Brasil no que é hoje, são justamente as milhares de culturas que ele carrega.

Apresentamos durante a escola, muito pouco e às vezes até mesmo estereotipado sobre como esses povos e comunidades vivem. Tratando-os como se não existissem mais, ou como se ainda vivessem "à moda antiga", levando muitas pessoas a acreditarem que nada mudou até nos dias atuais. Ainda existem povos que mantêm a mesma mentalidade "antiga", enquanto outros, estudam, usufruem das tecnologias, têm uma profissão e etc. mas, uma coisa que nunca muda em nenhum povo é a relação de convivência com a natureza.

É muito especial manterem o cuidado com a terra, pois, para eles, a natureza quem fornece "alimento", um lugar sagrado para habitar, para ter água e em troca, se responsabilizam pelo cuidado dela, por isso somente o suficiente e respeitar o tempo da mesma.

Em 2017, foi instituída, por meio do decreto nº 6.040, a Política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com o intuito de reconhecer e preservar outras formas de organização social por parte do Estado. A criação desse decreto resultou em um "ver" diferente das pessoas por esses povos, defendendo que, podem sim, ocupar e usar territórios e recursos brasileiros para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Esses diversos povos existem muito antes de qualquer "português" seus pais aqui. Por isso, a valorização deve existir e ser visível. Deixando-os ocupar mais espaços na nossa sociedade, oferecendo oportunidades de estudos também.

Título: a importância da valorização de comunidades e povos tradicionais brasileiros.

As comunidades e povos tradicionais brasileiros são, e sempre serão de extrema importância para a construção do nosso País, o Brasil.

Estamos acostumados a ouvir, geralmente, sobre os povos indígenas ou quilombolas, porém existem outras 30 comunidades oficialmente reconhecidas como as catangueiras ou libeiras, por exemplo. Ainda mais, milhares outros povos ainda nem foram incluídos na legislação. Isso nos mostra que, efetivamente, o que forma o Brasil no que é hoje, são, fundamentalmente, as milhares de culturas que ele carrega.

Atualmente, diante a escola, muito pouco e de vezes até mesmo estereotipado sobre como essas povos e comunidades vivem. Tratando-as como se não existissem mais, ou como se ainda vivessem "a moda antiga", levando muitas povos a acreditarem que nada mudou ali nos dias atuais. Ainda existem povos que mantêm a mesma linguagem "antiga", enquanto outros, estudam, usufruem das tecnologias, trabalham no comércio e etc. mas, uma coisa que nunca muda em nenhum povo é a relação de convivência com a natureza.

É muito especial manterem o contato com a terra, pois, eles, a natureza quem fornece "alimento", um lugar sagrado para habitar, para se agitar e em troca, se responsabilizam por cuidar dela. É importante a semente e a colheita o tempo da mesma.

Em 2017 foi instituído, por meio do decreto nº 6.640, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com o intuito de reconhecer e preservar outras formas de organização social. Há fronteiras no Estado. A criação desse decreto resultou em um "efeito colateral" nos povos. Por esses povos, defendendo que vivem em contato e não se isolam e também brasileiros para suas tradições, culturas, social, religiosa, ancestral e econômica.

Essas culturas não existem mais antes de qualquer "português" pois há aqui, por isso, a valorização deve existir e ser visível. Deixando os povos mais espaços na nossa sociedade. Oferecendo condições de estudos e trabalho.